

O Congresso e o programa de estabilização

J. CARLOS DE ASSIS

Não deve ser subestimada a afirmação de dirigentes políticos de diferentes partidos, inclusive dos que detêm grandes bancadas no Congresso, de que o programa de estabilização do Governo Collor passará por uma avaliação prévia antes de ser cegamente apoiado. Com ou sem uso de medidas provisórias, será submetido ao julgamento inicial da sociedade, e terá de passar pelo teste do debate parlamentar nas antevésperas da campanha de renovação do parlamento. E as eleições do início de outubro são o referencial básico para o comportamento dos partidos e do Congresso frente ao programa.

No Brasil, convém insistir, a relação entre o Congresso e o futuro Presidente se dará num contexto radicalmente diferente daquele vivido recentemente pela Argentina. Lá, a antecipação da posse em seis meses colocou um Presidente vitorioso face a face com um Congresso duplamente desmoralizado — primeiro, pelo aprofundamento da própria crise econômica; segundo, porque a maioria congressual detida pelo Partido Radical não conseguiu renovar seus mandatos junto com as eleições presenciais.

Nessas circunstâncias, foi relativamente fácil para Carlos Menem fazer passar por um Congresso de maioria nominalmente oposicionista, mas previamente derrotado, um programa de estabilização e de reforma do Estado que tinham vários pontos controversos, e cujos resultados de-

sastrosos não eram difíceis de prever. Previu-os, por exemplo, o economista Roberto Frankel, um dos pais do Plano Austral de Alfonsin, com quem estive em Buenos Aires em setembro do ano passado. Ele e outros colaboradores do Partido Radical confessavam-se, contudo, sem força moral para criticar o programa depois da dupla derrota, uma no comando da economia, e outra nas urnas.

A conversa girou então sobre a eventual influência dos acontecimentos em curso na Argentina sobre a campanha presidencial, e notadamente sobre o caminho a seguir pelo futuro Presidente do Brasil. Menem estava em visita aos Estados Unidos, onde a imprensa neoliberal lhe dava a cobertura reservada aos grandes estadistas. Era apresentado na capa de "Business-week" como o Gorbatchov latino-americano, responsável pelo início da *perestroika* no Cone Sul. A dúvida era se o fracasso de sua política liberal-ortodoxa, facilmente previsível, se caracterizaria a tempo de servir como um exemplo pedagógico ao Brasil e ao seu futuro Presidente.

O fracasso está caracterizado. Só não o enxergam nossos ideólogos neoliberais, que tentam empurrar o Presidente eleito para o mesmo princípio de uma política de estabilização fundada nos pressupostos ortodoxos do aperto fiscal, das restrições de crédito para a produção, da sustentação de elevadas taxas de juros, da liberalização cambial e da recessão como estratégia de controle de preços. Aqui, contudo, será necessário mais do que palavras e intenções para alinhar o Congresso. O Presidente se elegeu solitariamente. Não tem maioria garantida. E as maioria parlamentares precisam de se reeleger em outubro.